

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I,  
A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA MARXISTA**

***THE IMPORTANCE OF HISTORY TEACHING IN THE ELEMENTARY SCHOOL IN  
A MARXIST PERSPECTIVE***

Márcio José Onório<sup>1</sup>

Vanessa Cristina Treviso<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo analisar a disciplina de História nos anos iniciais da Educação do Ensino Fundamental I, no que concerne a sua relevância para o desenvolvimento do sujeito, enquanto indivíduo que constrói a História. As reflexões incidem acerca da importância do ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental I. Perpassando pela prática e conteúdos evidenciados pelos professores no qual o real intuito de estudar História tem influências em nossas ações perante os acontecimentos do contexto social, propondo uma História focada nas relações sociais e descentralizada dos conteúdos em datas e heróis nacionais. Desta forma, este trabalho vem refletir sobre a importância do ensino de História nas séries citadas acima que possa contribuir para a construção de um aluno crítico e reflexivo acerca dos fatos reais. Portanto, é a partir destes preceitos, que se discorre uma análise numa perspectiva marxista priorizando o ensino crítico da História levando a criança para a compreensão do que é ser cidadão. Trate-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza teórica que constatou uma metodologia

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Pedagogia do Centro Universitário Unifafibe de Bebedouro. E-mail: marcioonorio@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais e Filosofia, especialista em Sociologia e ensino de Sociologia, mestre em Educação Escolar. Docente do Centro Universitário Unifafibe. E-mail: vctre@ig.com.br

apresentada para um ensino sem criticidade dos fatos ocorridos e abordados, baseados em datas e heróis, assim formando os alunos em meros reprodutores da História, sem que haja uma criticidade dos fatos e não os tornando capazes de refletir sobre ações e decisões dentro do seu próprio contexto histórico e social.

Palavras-Chave: Marxismo; Ensino de História; Sujeito Crítico-Social.

### **ABSTRACT**

*This paper aims to analyze the history of discipline in the initial years of elementary school education, with regard to their relevance to the development of the subject as an individual building history. The reflections focus on the importance of history teaching in the early grades of elementary school I. Running along the practice and content evidenced by teachers in which the real purpose of studying history, has influences in our actions before the events of the social context, proposing a History focused on social and decentralized relations of the contents on national holidays and heroes. Thus, this work is to reflect on the importance of history teaching in the series mentioned above that can contribute to building a critical and reflective student about the real facts. Therefore, it is from these precepts, which discusses an analysis of a Marxist perspective prioritizing the critical teaching of history taking the child to the understanding of what being a citizen. In this way, the critical teaching of History will lead to understanding of what is to be a citizen. This is a bibliographic work and theoretical that found a methodology focused on a teaching without criticism about historical facts, based on dates and historical heroes, forming students such as simple historical reproducers and unable to reflect about decisions and actions on your own social context.*

*Keywords: Marxism; History Teaching; Critical-Social Subject.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O seguinte trabalho tem como propósito refletir sobre a importância do Ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental I, e analisar as estratégias e metodologias abordadas, realizando uma investigação sobre a importância de se

compreender como estão sendo trabalhados os conteúdos da disciplina. O trabalho será escrito em três seções, na primeira discorre-se o processo histórico, na segunda como é a História no ensino fundamental I e na terceira de como é o ensino de História na perspectiva marxista.

A apropriação do aprendizado de História permite ao aluno, portanto cidadão, o desenvolvimento social, cultural, crítico, científico, tornando os sujeitos de hoje, ainda crianças, futuros homens preparados para enfrentar os meios socioculturais, prontos a assumir suas ambições e responsabilidades como adultos. Para isso faz-se necessário uma metodologia capaz de promover o educando afirmando-o como ser sócio histórico e torná-lo agente de suas práticas. A História faz-se tão importante quanto o Ensino de Língua Portuguesa, de Matemática, de Geografia entre outras disciplinas. Cabe aos professores buscarem possíveis abordagens didáticas para se trabalhar, propiciando uma aprendizagem significativa. Esses também devem mostrar o real valor da importância do ensino de História, pois estudar História não é só ver o que já aconteceu, mas sim mostrar o que está ocorrendo hoje, frutos de atos e decisões tomadas há tempos atrás.

De acordo com Neves (1985), o ensino de História está de encontro à proposta evolucionista, que se propõe a ser didaticamente plausível ao ensino, acabando com uma simplificação da realidade. Desta forma o ensino de História é levado à mecanização e memorização de fatos históricos sem que haja uma fundamentação do tempo e espaço. Através das diversas formas e metodologias, o Ensino de História deve, pois, tornar os alunos pessoas capazes de discernir de forma consciente o conhecimento. Prosseguindo com esta temática sugere-se, a partir de pesquisa bibliográfica, a identificação dos problemas enfrentados no ensino de História, a partir da prática deste ensino dentro das salas de aulas das séries iniciais do Ensino Fundamental I.

Assim, ao se estudar História deve-se compreendê-la como uma disciplina de reflexão da realidade, associação de valores e mostrar para o aluno que ele faz parte da História não na forma de memorização de datas e de fatos históricos, mas como pessoa dentro de um contexto social. A História não se limita só a uma linha de tempo, mas pode tornar um indivíduo um ser histórico e pensante da sua própria

prática. Portanto, é a partir destes preceitos, que discorreremos uma análise neste trabalho, buscando oferecer uma reflexão teórica a partir de uma perspectiva do materialismo dialético marxista, priorizando o trabalho da disciplina de História em sala de aula, sem o enfoque único dos fatos históricos e datas comemorativas e compreender a História de acordo com variadas perspectivas e estimular os alunos a procurar respostas aos seus questionamentos.

## **2 O PROCESSO HISTÓRICO DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL**

O contexto para se falar da educação e essencialmente do Ensino de História data no ano de 1837 quando foi criado o ensino secundário no Brasil a partir da fundação do Colégio Pedro II, no período do Império. Esse viria a ser o laboratório para as experiências educacionais no Brasil, tendo uma ligação direta com o Estado brasileiro já existente entre 1822 e 1889, e a monarquia constitucional parlamentarista como seu sistema político. Precedeu a República dos Estados Unidos do Brasil, depois e atualmente, República Federativa do Brasil, assim afirma Borges e Braga (2007).

Segundo Borges e Braga (2007), o ensino religioso ocupava a maior parte da grade curricular, estando inserido no contexto de todas as disciplinas, só anos depois houve um incentivo para uma mudança curricular, para que houvesse um ensino mais plural e menos religioso, com a inserção de disciplinas voltadas para as ciências da natureza.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1998), o ensino de História foi caracterizado a partir de dois momentos, iniciando-se na primeira metade do século XIX, com a introdução no currículo escolar. O segundo momento veio ocorrer a partir das décadas de 30 e 40 deste século.

Segundo Borges e Braga (2007), para o ensino elementar das séries iniciais do ensino fundamental, foi discutidas a inserção dos estudos sociais no currículo escolar, advindo dos Estados Unidos. Esse tinha como objetivo ser instrumento de

preparação do cidadão, antes que ele ingressasse na sociedade para o exercício de uma profissão. Mas foi durante a ditadura militar no Brasil que a História é substituída de fato pelos Estudos Sociais, sendo uma combinação de temas da Geografia e da História.

De acordo com os PCNs (1998), os conteúdos selecionados de História do Brasil tinham como referência a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A partir de 1860 a História Nacional apareceu sistematicamente nos currículos, tendo como conteúdos seus heróis e datas históricas. O sentido patriótico das propostas curriculares enfatizava valores e comportamento cívico, como por exemplo, a obediência às leis. Com a criação da Lei 5.692/71(1970) que reformulou o ensino de 1º e 2º graus, os conteúdos de História e Geografia para as séries iniciais foram substituídos pelos Estudos Sociais que englobavam ainda a Educação Moral e Cívica e os conteúdos de História permaneceram no Segundo Grau.

De acordo com Turazzi (2006), a concepção que orientava a seleção e a organização dos conteúdos priorizava uma visão harmônica da sociedade e o grande objetivo era preparar o aluno para a cooperação nos grupos sociais de convivência e para o cumprimento dos deveres com a Comunidade, o Estado e a Nação. O programa impunha um ensino diretivo, acrítico, no qual o passado aparecia como uma sucessão linear de fatos de caráter político-institucional, livre de conflitos e as desigualdades sociais eram tratadas como fatos universais e naturais.

Segundo Brasil (2008), o fim da ditadura militar e a redemocratização do país, na década de 1980, marcou a retomada do ensino de História como campo específico do saber escolar. Os debates e as discussões dos professores de todos os níveis colocaram novos problemas, e a necessidade da reestruturação dos conteúdos e metodologias objetivava um ensino de história mais crítico, dinâmico, participativo, que superasse a linearidade, o mecanicismo, o factualismo e o ufanismo nacional.

Turazzi (2006) comenta que a História tinha como tarefa enfatizar o ensino patriótico e os governos militares de 1964 em diante permitiu a proliferação dos Cursos de Licenciatura Curta, contribuindo assim para o avanço das entidades privadas no ensino superior e para uma desqualificação profissional docente. Esta

colaborou para um afastamento entre universidades e escolas de primeiro e segundo graus, além de prejudicar o diálogo entre pesquisas acadêmicas e o saber escolar, dificultando a introdução de reformulações do conhecimento histórico e das ciências pedagógicas no âmbito da escola e impossibilitando-as de transmitir o conhecimento de toda história da humanidade em todos os tempos. Difundiram-se reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem em todas as disciplinas, nas quais os alunos começaram a ser reconhecidos como participantes ativos do processo de construção do conhecimento.

Turazzi (2006) cita que na década de 1980 os debates foram marcados pela retomada da disciplina de História como oportunidade para o ensino crítico situado em discussões do cotidiano dos alunos e sujeitos históricos. A década de 1990 é marcada pela inserção de novos modelos teóricos com o intuito de uma adequação a temas que se tornassem significativos dentro da sociedade atual, que possa situar os alunos formadores de sua própria história como cidadãos conscientes para o cumprimento da cidadania e não meros reprodutores de ideologias.

Assim, Brasil (1998) a História foi marcada por embates envolvendo reformulações curriculares, projetos continuavam a defender o currículo humanístico, com ênfase nas disciplinas literárias, tidas como formadoras do espírito. Outros desejavam introduzir um currículo mais científico, mais técnico e prático, adequado à modernização a que se propunha ao país. Tanto no currículo humanístico como no científico a História, entendida como disciplina escolar, mantinha sua importância para a formação da nacionalidade.

### **3 A História no Ensino Fundamental I**

Analisando o ensino de História no Ensino Fundamental I, dentro da prática de estágio supervisionado percebe quão distante ele está da realidade do aluno, portanto, faz-se necessário repensar ou reelaborar o currículo desta disciplina.

De acordo com Brasil (1998), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997), a História é importante para a nossa própria compreensão como ser social, já que a ela engloba a história do aluno, levando-o a compreender melhor os conceitos básicos de mudança e permanência, semelhança e diferença, descobrindo-se como participante da transformação de sua própria realidade.

De acordo com Brasil (1998), o desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer entre elas e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para seu enriquecimento pessoal. Isso pode ocorrer no ensino de História no Fundamental I, que se constitui por excelência em espaço de socialização, pois propicia o contato e o confronto com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores, fazendo dessa diversidade um campo privilegiado de experiência educativa.

Quando os professores não se amparam nesses referenciais para a elaboração de suas atividades, podem não perceber que estão trabalhando com o conhecimento histórico e, quando trabalham, cometem equívocos que acarretam aspectos negativos na aprendizagem da criança sobre a temática.

Dentro desse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 em seu Artigo 29 descreve que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, Lei de diretrizes e bases da educação nacional, 1996 p. 27)

De acordo com o RCNEI (1998), é importante destacar essa etapa da vida das crianças porque é nela que ocorre sua construção enquanto sujeito, das diferentes linguagens e as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento, descritos nesses Referenciais. E é no âmbito do conhecimento de mundo que se

encontra o eixo Natureza e Sociedade, justamente o que permeia o ensino de História.

Sabe-se que, no Ensino Fundamental I, as crianças ainda não estão todas alfabetizadas, mas mesmo assim deverão por meio de práticas pedagógicas voltadas à História, vivenciar experiências e interagir com o meio natural e social.

Dessa maneira, pode-se despertar na criança uma criticidade que a levará a vivenciar fatos históricos e compreender a História como ela aconteceu e não apenas voltadas para datas comemorativas. Assim, elas se apropriam de conhecimentos sobre o mundo, procurando respostas aos seus questionamentos.

Segundo Guareschi (2006), a criança poderá se tornar sujeito da aprendizagem e edificadora da História, e poderá contribuir para a construção do seu país. Dessa forma, o ensino crítico da disciplina de História poderá levar à compreensão do que é ser cidadão.<sup>3</sup>

Assim sendo, a escolha dessa temática para esse trabalho de pesquisa se deu pelo interesse em compreender quais as metodologias e abordagens didáticas utilizadas pelos professores do Ensino Fundamental I, quando vão trabalhar o conhecimento histórico com as crianças e suas questões concernentes como dimensão temporal, identidade, valores e atitudes sociais, visto que muitos educadores, ainda hoje, possuem uma concepção bastante tradicional e conservadora em relação ao ensino de História, considerando apenas o tempo cronológico, representado por datas e fatos fragmentados um do outro, os grandes acontecimentos e os heróis.

De acordo com Souza e Fick (2009):

Alguns teóricos clássicos como Émile Durkheim pressupõem o ser humano como um ser egoísta e carente de preparo para viver em sociedade e também que tanto a família quanto a escola são eleitas para o cumprimento dessa função. Para eles, a integração social se completa através da educação, o que nos permite deduzir que a função dessa última não é a de atender somente os interesses individuais, mas, primordialmente, de permitir a renovação da sociedade, fornecendo as condições de validar a sua própria existência. (SOUZA e FICK, 2009 p. 5)

---

<sup>3</sup> Inclusive, o ensino de História propicia a previsibilidade, ou seja, é possível prever para onde se caminha, com base em acontecimentos, temáticas semelhantes distendidas no passado.



Pensa-se que a escola deve e pode ser o lugar onde, de maneira mais sistemática e orientada, aprende-se a ler o mundo e a interagir com ele. Nesse sentido, ler o mundo significa poder entender e interpretar o funcionamento da natureza e as interações dos homens com ela e dos homens entre si. Na escola, pode-se exercitar aferir e refletir sobre a ação que praticamos e que é feita sobre nós.

Segundo Souza e Fick (2009), sociedade e educação são fatores complementares, e a partir daí pode-se entender o papel das ciências humanas e sociais no processo educativo. Conceitos e temas a elas relacionados são importantes ferramentas para a compreensão da sociedade em toda a sua complexidade, dando subsídios para a reflexão sobre o mundo atual, composto por diversidades e conflitos.

A função primordial do ensino das ciências humanas e sociais é formar o cidadão pleno de consciência, de crítica, e perfeitamente integrado ao mundo que o rodeia.

De acordo com Souza e Fick (2009):

Se o ensino das Ciências Naturais permite aos estudantes, por exemplo, a compreensão do universo, do planeta e dos fenômenos que incidem sobre as coisas, as disciplinas relativas ao ensino das humanidades estimulam o juvenzinho a se situar no mundo, a desvelar os sentidos íntimos da espécie humana nas relações que estabelecem entre si e com a natureza na produção. (SOUZA e FICK 2009, p. 5)

Contextualizar a realidade trazida pela prática educadora com a vida dos alunos, aproximando-a do cotidiano deles é um grande desafio.

Considerando o pensamento de Santos (1988), o autor afirma que devemos fazer com que a criança perceba a dinamicidade ao seu redor, ou seja, inseri-la como agente do espaço e da História. E, ao ser instigado a compreender o lugar em que vive, é estimulada também a conhecer a História do lugar em que vive, visto que os lugares são impregnados de História. As deduções a partir dessa busca impelirão o educando a conhecer e comparar a História de outros lugares, levando-o a refletir sobre os fatores que limitam o crescimento econômico de alguns, em detrimento da

pobreza de outros. A especificidade dos lugares pode levar à reflexão sobre a diversidade e aos fatores determinantes.

Segundo Ranzi (2005), boa parte dos teóricos menciona precariedade e insuficiência no acesso dos professores às teorias sobre educação infantil além de inadequação daquelas as quais se obteve algum conhecimento, visto que se encontram desarticuladas em relação à realidade dos educadores, ou seja, distantes de suas práticas diárias. Assim, o consenso faz da História hoje uma disciplina cujo desafio incide em definir sua identidade em relação às outras disciplinas humanas.

Assim, salienta-se a importância do professor ser também um pesquisador e produtor do conhecimento e não apenas um mero executor de saberes já produzido, dessa forma o papel do professor torna-se relevante no sentido de possibilitar a transformação de um saber histórico em um saber compreensível e atuante para a compreensão do aluno.

Ranzi (2005) enfatiza a utilização e apropriação de alguns conceitos, palavras e expressões próprias a fim de que não haja uso de definições abstratas que poderiam simplesmente ser memorizadas pelos alunos, sem que houvesse o perfeito entendimento deles. Tempo, a noção de cultura, a noção de sociedade, economia e poder são os mais recorrentes e, evidentemente, necessitam de mais ou menos contextualização, em função da sua atualidade. Ou seja, sabe-se que algumas noções são perfeitas para explicar um determinado contexto, mas que podem soar absurdas em outros.

De acordo com Nora (1997):

A via aberta para a História, não mais os determinantes, mas seus efeitos, não mais as ações memorizadas ou mesmo comemoradas, mas sim o vestígio dessas ações e o jogo dessas comemorações, não mais os acontecimentos em si mesmos, mas sim sua construção no tempo, o apagamento e a reparação de suas significações, não mais o passado tal como ele se passou, mas sim seus empregos sucessivos, não mais a tradição, mas sim a maneira pela qual ela se constituiu e transmitiu. (NORA, 1997 p.33)

Ou seja, valorizar os meios pelos quais evoluiu o processo histórico, assim como os seus efeitos, a maneira como tudo pode se repetir a cada novo contexto, os fatos

que se “copiam”; o que está “por detrás” de cada fato. O que se propõe é à sociedade atual é despertar o prazer em conhecer o seu passado. E fazer perceber como se constrói sua identidade. O que se sabe, no entanto, é que a proposta não chega sempre à escola ou, menos ainda, às séries iniciais.

O conceito de que a História é baseada num amontoado de informações ainda resiste e esteve a serviço da construção de ideologias atreladas ao poder e à formação de uma transformação cívica e moral, fortemente associada à questão da memória nacional, e a dinamização do ensino precisa enfocar alguns pontos essenciais.

Segundo Ranzi (2005), frequentar o passado e conhecê-lo é ato para recuperar outros valores diferentes dos nossos, é penetrar num inventário deliberado de tudo o que é humano, que a história alimenta como representação, as identidades. A autora apresenta as origens, as genealogias; justifica os pertencimentos, delimita os quadros e os modelos que instituem as diferenças e as semelhanças que se tem em relação aos outros hoje e em outros tempos. O passado pode ser convocado a serviço de um conhecimento realista servindo para analisar as consequências de determinadas ações que perduram no presente de maneira problemática, e o ensino de história é, pois, o ensino da liberdade, da tolerância e compreender o mundo são afastar o medo do desconhecido. A História pode também servir para proporcionar prazer, procurando situar os laços de familiaridade, os lugares que alimentam a nostalgia, os sonhos, a segurança e um refúgio contra as intempéries do dia a dia, a função cultural (no sentido antropológico de cultura) da História é imediata, pois a História é a dimensão temporal de uma cultura política.

De acordo com Santos (1998), conclui-se que é preciso agir para que o educando perceba o seu papel na confecção do mundo, ainda que sua paisagem seja deteriorada pela negligência do poder público. É preciso olhar em volta, perceber o que o rodeia, relacionando os objetos aos processos históricos. Assim, serão capazes de desenvolver o conceito de cidadania e fazer com que a criança perceba a dinamicidade ao seu redor e inseri-la como agente do espaço e da História, e ao ser instigado a compreender o lugar em que vive, é instigada também a conhecer a História deste espaço, visto que são impregnados de História.

#### **4 O Ensino de História na visão Marxista**

O ensino do conhecimento histórico vem perdendo seu sentido, motivado pelas transformações sociais e novos anseios culturais contemporâneos. Assim, os professores, em meio às necessidades de criarem novos métodos de se ensinar História, visam romper com o ensino tradicional da disciplina.

O Ensino de História no Fundamental I perpassa por uma metodologia voltada para um ensino sem criticidade dos fatos ocorridos e abordados, formando os alunos meros reprodutores históricos, sem que haja uma criticidade dos fatos e não tornando os mesmos seres capazes de refletir sobre ações e decisões dentro do contexto social. A importância do ensino de História no Ensino Fundamental I contribua para a construção de um aluno crítico e reflexivo acerca dos fatos e acontecimentos da realidade. A análise dos dados evidenciou uma disciplina sem atrativo pelos alunos e sem formação crítica a respeito do aluno com ser histórico em sociedade.

Segundo Oliveira (2003), entendemos que todos os esforços possíveis devam ser analisados para que o aluno seja o maior beneficiado com o ensino histórico-crítico na construção de sua cidadania. Mas cabe ao professor e a escola a escolha mais pertinentes diante da grande diversidade de conteúdos que se apresentam, pois estes não devem ser considerados fixos. Professor e escola devem ter o domínio para recriá-lo de acordo com a realidade e a caminhada de seus alunos.

O professor de História, tendo o conhecimento das construções sociais durante os tempos, tem a capacidade de mostrar que as mudanças no tempo presente são possíveis de serem compreendidas. Pode-se destacar que, durante as aulas de História, o professor consegue desenvolver a criticidade dos seus alunos, não somente sobre o que passou, mas sim sobre o que está acontecendo no tempo presente. Esses mecanismos de dominação devem ser analisados e compreendidos segundo os seus objetivos, e entre estes podemos destacar alguns exemplo como a mídia, o mundo do trabalho e seus condicionamentos, as relações entre

empregador e empregado, o poder de persuasão comercial característico da cultura do capital, o Estado enquanto defensor dos interesses de uma classe dominante.

De acordo com Mayoral (2007), o conhecimento crítico passa a ser o real instrumento de libertação das classes oprimidas, o próprio uso da política mostra sua capacidade de desenvolver uma maior identidade da sociedade com o Estado, uma vez que este possa suprir suas necessidades básicas materiais. Em outras palavras entende-se que, com uma participação consciente das massas populares na política, as próprias tendem a exercer de forma mais acentuada sua cidadania. É necessária uma reorientação para mudar a realidade dos verdadeiros agentes históricos que dominam que lutam que transformam e que fazem o mundo.

Nesse sentido, as escolas e em particular o ensino de História, passam a cumprir adequadamente sua específica função educacional, e o ensino de História em sala de aula ganha um maior sentido, ao passo que tende a formar sujeitos críticos.

Mayoral (2007) afirma que com o marxismo é possível fazer do pensamento de Marx e Engels um pensamento libertador e não doutrinador, que a conscientização popular mostra-se assim eficaz quando se refere aos problemas sociais e de Estado a serem resolvidos. Desta forma, o próprio conhecimento histórico relacionado com a realidade, tende a formar agentes políticos permanentemente ativos e que pensem pelo coletivo.

Santos (2006) comenta que se deve voltar a emergir sobre a ciência do paradigma, ou seja, o paradigma de uma vida decente, um conhecimento prudente. Segundo ele, este pensamento se caracteriza como a distribuição do conhecimento científico para construir as ciências sociais, ou seja, o conhecimento que passa a ser adquirido pela sociedade, e tendo em mente esta preocupação, deve-se afirmar e efetivar as propostas para a inserção do conhecimento histórico nas séries iniciais. De acordo com o autor, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples.

De acordo com Karnal (2004), os educadores na relação de aprendizagem, devem se focar exatamente nos questionamentos levantados pelas crianças, pois estão acostumados a desconsiderar a fala de nossos alunos por considerá-las impregnadas de empirismos.

Sendo assim, o senso comum que advém da experiência vivida dos alunos para a sala de aula pode e deve ser o grande balizador da construção entre ambos, eles devem ser encarados como sujeitos aprendizes, sobretudo, no que se refere ao conhecimento da História.

Na apresentação inicial dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no primeiro parágrafo lê-se: “A proposta de História, para o ensino fundamental, foi concebida para proporcionar reflexões e debates” (Brasil, 1997), ressaltando o caráter reflexivo das ciências sociais e, principalmente, da História. Sendo seu papel o de trabalhar em busca da constante construção da criticidade, ocorrerá a ampliação do conhecimento científico.

De acordo com Brandão (1984), o ensino de História deve ter como objetivo formar cidadãos em sua plenitude, o que só ocorrerá com a harmonização dos múltiplos ambientes de ensino.

Em sintonia com o pensamento de Brandão, tem-se Robinson, que diz:

“Pois é como cidadão consciente de seus direitos e deveres, que o indivíduo intervém na sociedade, desenvolvendo sua consciência crítica, como sujeito produtor e transformador que se impõe na realidade.” (ROBINSON, 1998, p.8).

Desse modo, defender seus direitos de fato, é fazer com que o indivíduo seja estimulado na construção do seu saber, bem como exercitar sua visão crítica e, compreendendo esse processo, faz-se com que ele escreva sua história e se perceba enquanto sujeito histórico.

Segundo Bergamaschi (2003), aprendemos a ser professores para ensinar História e não para compreender a escola como um espaço educativo, por isto o professor ao final da jornada, apresenta-se como se tivesse enfrentado uma batalha e não mediado um processo de aprendizagem inserido num espaço educativo. A autora destaca que a escola, está acostumada a lidar e produzir a homogeneidade, expurgando o diferente, vê-se repleta de estranhos. Dessa forma, não cumpre seu papel social, que é trabalhar e valorizar a heterogeneidade e buscar o conhecimento das diversas identidades envolvidas no processo de aprendizagem.

De acordo com a fala de Nadai (1988), entende-se que o presente nada mais é que um continuum do passado, e nota-se que o conhecimento histórico tem por si só

um discurso, que é a história dos dominadores e dos dominados. O que cada professor de História precisa deixar bem claro em suas aulas, é que os alunos devem estar atentos a qualquer ação de exploração, e que dada à existência desta, é necessária uma rápida organização e reivindicação contrária. Outro aspecto importante a ser observado, é que através da formação de indivíduos mais participantes socialmente, será possível combater a desigualdade social em grande escala.

Assim a História passa a ser uma disciplina fundamental para a compreensão do mundo e seu processo de transformação. Nas escolas, os professores poderiam propor aos seus alunos a capacidade de pensarem sua realidade de forma crítica. Sendo isso, é impossível se organizar para uma ação maior e conjunta, e o interessante é que, sendo formadas novas consciências críticas sobre a realidade, aquilo que parecia impossível de ser imaginado sobre algumas mudanças, a partir das ações populares, pode passar a ser uma realidade.

Em contra partida, Mayoral, (2007) destaca que, mesmo sendo a escola um espaço indicado para a discussão sobre o presente e suas realidades, o processo de ação política popular não se limita a ela. É necessária uma articulação, entre os novos alunos pensantes com suas possibilidades de ação e contestação, sem que isso resulte em possíveis prisões ou então em lutas armadas contra os órgãos do Estado. Assim, a ação partidária via democracia parece ser o melhor caminho a ser seguido por aqueles que definitivamente pretendem agir em nome de alguma causa popular. O que se pretende aqui é destacar que o pensamento político e a ação deste sobre a realidade somente são possíveis através de uma conscientização de classe, iniciada nas escolas, e em particular no ensino de História, ou seja, a ação integrada entre o ensino de História e a formação de um sujeito crítico-social.

Segundo Marx e Engels (2006), acredita-se que quando o passado entra em contato com o presente e sua capacidade de transformação para melhores condições materiais de vida, os alunos começam a se identificar com o discurso libertador das classes oprimidas. Muitas vezes, as pessoas, ou então os alunos, não conseguem entender o real funcionamento do mundo em que vivem menos ainda entender o processo histórico de formação desse mundo. Em outras palavras, pode-

se afirmar que as pessoas contemporâneas não percebem ou então não questionam a maneira em que vivem e porque vivem nessas condições, muitas vezes marcadas pela miséria aparentemente tão comum a elas.

De acordo com Marx (2006), entende-se que a história é uma perspectiva da produção material de bens. A análise empreendida por ele se volta para a produção material dos bens e dos elementos que lhes envolvem ou correspondem, a análise marxista se volta para os modos de produção, a realização do trabalho e as relações econômicas que o envolvem, resgatando tais relações em perspectiva histórica.

A História evolui dialeticamente para Marx<sup>4</sup> (2006), e nessa característica ela é semelhante a Hegel, a dialética marxista é substancialmente diferente, pelo seu materialismo, a expressão mais plena da dialética marxista é a luta de classes, que é o “motor” da história, que leva ao progresso, ao seu desenvolvimento. Marx concebe ainda a história como multifacetada e não unilinear. Para ele, a história é entendida de muitas formas, aqui está presente a ideia de classes, que formam a sociedade e não segue único curso evolutivo. Em O Dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte, Marx (2006) argumenta sobre sua concepção de história:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra, as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. (MARX e ENGELS, p. 203)

---

<sup>4</sup> De acordo com Marx, a dialética histórica compõe-se de três termos que se pode chamar de tese, antítese e síntese. Tese é uma afirmação, antítese é uma afirmação contrária e síntese, como o nome indica, é o resultado da síntese entre as duas primeiras. A síntese supera a tese e a antítese, portanto, é algo da natureza diferente, mas ao mesmo tempo em que conserva os elementos das duas e conduz a discussão, nesse processo a um grau mais elevado, e na sequência dá origem a uma nova tese, que inicia novamente o ciclo, ou seja, o mundo só pode ser compreendido em um todo, refletindo uma ideia a outra contrária até o conhecimento da verdade.



Assim, cabe ao professor ajudar seus alunos que não se reconhecem como agentes e autores da vida social e por outro lado levá-los a compreender que são indivíduos plenamente livres e capazes de mudar a História e sua própria vida dentro da História quando e como quiserem. A escola é espaço de construção de conhecimento e de reconstrução das experiências em um processo de socialização com vistas à emancipação. Nesse sentido, o professor deve estar constantemente envolto com a pesquisa. O conhecimento histórico é repleto de incógnitas e a pesquisa revela diferentes verdades. Compreender o cotidiano da sociedade é estar atento às análises do presente e suas explicações pelo passado.

Segundo Morin (2001), deve-se objetivar a constituição de cabeças bem feitas e não cabeças bem cheias, e nessa perspectiva, pode-se ainda destacar que devemos reavaliar a articulação dos saberes, como reforma do pensamento, que deve levar à reforma do ensino. Nesse aspecto, considera que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental na mente humana que precisa ser desenvolvida. Considera-se que o pensar é capital precioso do indivíduo e da sociedade, e Morin identifica a educação para favorecer a aptidão natural da mente para colocar-se a resolver os problemas, estimulando o pleno emprego da inteligência geral.

Para Ayres (2007), ensinar na verdade é também desenvolver, junto aos alunos, uma série de importantes e imprescindíveis papéis, nos quais o professor investe a fim de que se tornem paradigmáticos na estruturação da personalidade de seus alunos. Com isso elencamos que ensinar é ter o compromisso de disponibilizar aos seus alunos doses de afetos, pois muitas vezes a figura do professor é a única oportunidade de adquirir conhecimento tornando decisivo assim para uma escolha de bem, além dos males existentes na sociedade.

O professor, mesmo de forma consciente tem prática diretamente ligada ao contexto de cada um de seus alunos; um professor consciente de sua prática e fundamentado em uma postura didática tem muito a acrescentar para a vida dos seus alunos, pois, esse deve estar focado no aluno como agente de mudança dentro de seu contexto e levar em conta as interações dentro do convívio social, pois as crianças e jovens assimilam conhecimentos e desenvolvem atitudes dentro desse

convívio. O aluno que queremos formar tem que estar centrado nas suas responsabilidades sociais e não apenas na necessidade de formá-los para a cidadania.

Segundo Libâneo (2011), o ensino exclusivamente verbalista, a mera transmissão de informações, a aprendizagem entendida somente como acumulação de conhecimentos, não subsistem mais. A partir dessa colocação, o professor é de grande importância para que saia da mera verbalização e passe a mediar a relação ativa do aluno com os conteúdos e sempre passe a considerar seus conhecimentos e experiências.

Segundo Karl Marx (1818-1883), deve-se dedicar às explicações do método dialético, método complexo, que apresenta uma proposta de uma postura aberta, dialógica, pensante e holística perante o saber.

Segundo Morin (2003), que é um dos grandes divulgadores desse método, ele propõe que a educação é a possibilidade de trabalhar com novas concepções para professores, alunos, pais, mães, responsáveis, líderes comunitários poderem visualizar o projeto escolar e educativo da forma mais ampla, mais coletiva e participativa, sem a qual dificilmente poderá perceber e entender a dimensão holística do processo dialético, pois, é fundamental entender a relação que existe entre a produção econômica, a cultura humana e a produção do conhecimento.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Refletir sobre o ensino de História é enveredar-se por diversos desafios, um deles é a busca por legitimar uma reflexão acerca de um conhecimento que no âmbito escolar vem sendo desvalorizado nos dias de hoje.

A História cumpre sua função enquanto conhecimento científico, por meio da consciência histórica e para que esta se constitua, é necessário uma formação histórica, que se realiza entre outras instâncias, através da aprendizagem escolar. É com esta perspectiva que se procura dialogar com a construção do saber histórico

escolar e o conhecimento histórico científico, valorizando a importância deste, as ciências e o seu caráter orientador na vida humana.

Com tudo isso, pode-se dizer que estudar História é de fundamental importância para tornar as crianças cidadãs, mais conscientes e formadores de opiniões e aqui se evidencia as crianças, pois este trabalho priorizou as séries do Ensino Fundamental I.

Destaca-se ainda que o pensamento marxista atualizado tenda a não se enquadrar a um marxismo doutrinário limitador das ações humanas. O marxismo, proposto vem trabalhando com questões mais amplas e reais, busca através das leituras de Marx e Engels, agir de forma coerente. É necessária uma reorientação para mudar a realidade dos verdadeiros agentes históricos que dominam que lutam que transformam e que fazem o mundo. Nesse sentido, as escolas e em particular o ensino de História no Fundamental I, passam a cumprir adequadamente com sua específica função educacional. Por fim, pode-se afirmar que o ensino de História em sala de aula ganha maior sentido, ao passo que tende a formar sujeitos críticos. Com o marxismo, é possível fazer do pensamento de Marx e Engels um pensamento libertador e não doutrinador.

Desta forma, o próprio conhecimento histórico relacionado com a realidade, tende a formar agentes políticos permanentemente ativos, e que pensem pelo coletivo.

Portanto, com clareza depois de todas as pesquisas teóricas marxistas defendem que a importância de estudar História, é de fundamental importância para tornar as crianças mais críticas e observadoras enquanto protagonista da História. Para que se tornem seres capazes de reconhecer mudanças e refletir de forma clara e que possa propor soluções. Assim, fica a certeza de que a História que esta sendo ministrada sem comprometimento, sem fundamentação não pode, mais acontecer, devendo ser mudado o olhar enquanto escola e fundamentar os conteúdos de forma que possamos formar alunos capazes de ver a sua realidade e que consiga subsídios para muda-la. E não perpassar por conteúdos prontos e acabados, mas tornar esses conteúdos no Ensino de História no Fundamental I, atraente e útil para a vida dos alunos.

## REFERÊNCIAS

AYRES, A. T. **Prática pedagógica competente: Ampliando os saberes do professor.** 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes 2007.

ALBUQUERQUE, L. B. **A Filosofia e as Ciências Humanas e Sociais: Por uma Didática para o Ensino das Humanidades.** Fortaleza: Esteves Tipoprogresso, 2009.

AMADEO, J. G. (Org.) **A teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998. v.2.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** História e Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997.

BORGES, M. BRAGA, J. **O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental.**

Disponível em: <[http://www.unilestemg.br/revistaonline/volumes/1/.../artigo\\_09.doc](http://www.unilestemg.br/revistaonline/volumes/1/.../artigo_09.doc)> acesso em 25 de julho de 2016

BITTENCOURT, C. (org.) **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Cortez; 1998.

\_\_\_\_\_, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez; 2008.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação.** 12ª ed. São Paulo: Brasiliense; 1984.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á prática educativa,** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FONSECA, S. G. **Didática e Prática de Ensino de História.** 4ª ed. Campinas: SP. 2005.

GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas.** 5ª ed. São Paulo: Ática; 1997.

GUARESCHI, P. **O Ensino de História e seu: teoria e método.** Petrópolis: Vozes, 2006.

HOBSBAWN, E. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras; 1998.

KARNAL, L. (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 25 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LEITE, M. M. **O ensino da história no primário e no ginásio**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MORIN, E. **Educar na Era Planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.

MANACORDA, M. A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Campinas: Alínea, 2007.

MAYORAL, M. R. P. **A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez**. In: BORON, A. A. AMADEO, J. GONZÁLEZ (Orgs.) **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

\_\_\_\_\_, K. **O Dezoito de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

NADAI, E. **O ensino de História e a “Pedagogia do cidadão”** In: PINSKY, Jaime. (org.) **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectivas**. Revista de História. São Paulo: Ampuh/marco zero, vol. 13 nº 25/26, 1993.

NEVES, M.A.M. **Ensinando e Aprendendo História**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1985.

NORA, P. **Entre memórie e thistoire: la problematique de liux**. In RANZI, S. M. F. **A avaliação em história nas séries iniciais**. Curitiba: UFPR, 2005.

OLIVEIRA, S.R.F. de. **O ensino de História nas séries iniciais: cruzando as fronteiras entre a História e a Pedagogia**. História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História/ UEL. Vol. 9, Londrina, 2003.

PENTEADO, H. D. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1995.

PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, J. **O ensino de história e a criação do fato**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

Ranzi, S. M. F. **A avaliação em história nas séries iniciais**. Curitiba: UFPR, 2005.

SOUZA, V. R. de. FICK, V. M. S. **Epistemologias e Tecnologias para o Ensino das Humanidades**. Fortaleza: Esteves Tipoprogresso, 2009.

TURAZZI, M. GABRIEL, C. T. **Tempo e história**. São Paulo: Moderna, 2000.

*Recebido em 3/2/2017*

*Aprovado em 23/3/2017*